



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010422-12.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Tutela Cautelar Antecedente - Medida Cautelar**  
 Requerente: **Maria Jose da Silva**  
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Maria José da Silva propôs a presente tutela cautelar antecedente em face de Banco Bradesco Financeira S/A. Alega que efetuou contrato de financiamento com a requerida estando este eivado de artil financeiro. Entende ser necessária a discussão do referido contrato porém não possui a via original, que encontra-se em poder do Banco. Requer a exibição do documento pela requerida.

Requer os benefícios da Assistência Jurídica Gratuita.

É o Relatório.

Decido.

Trata-se de tutela cautelar antecedente visando a exibição de documentos, os quais, segundo a autora, não foram entregues no momento oportuno, tal seja a assinatura do contrato.

Não há comprovação nos autos da realização de pedido administrativo junto à instituição financeira, sendo que a própria autora indica que não foi feito, já que se trata de pedido da via original do contrato e não de cópias.

Inicialmente, cumpre ressaltar que é responsabilidade tanto da Instituição Financeira quanto da parte contratante a manutenção da via original do contrato. Cabe à parte requerer para si uma via do contrato no momento da assinatura, não sendo esse um encargo apenas da parte contratada.

O interesse de agir da parte não se encontra demonstrado já que nem sequer tentou realizar o pedido administrativamente. O interesse de agir decorre da análise do binômio necessidade/adequação, sendo que compete à parte autora demonstrar que sem a interferência do Judiciário sua pretensão não será satisfeita pelo requerido.

A recusa da Instituição Financeira em fornecer extrajudicialmente o documento solicitado faz com que a necessidade da via judicial esteja comprovada.

Neste sentido : **"AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Requerimento de extrato de conta poupança. Não comprovação de prévio pedido administrativo à instituição. Necessidade. Recurso Especial 1.349.453-MS, afetado pelo efeito repetitivo estabelecido no artigo 543 do CPC. Ausência do interesse de agir. Carência reconhecida. Recurso provido.** No caso em testilha, ausente qualquer comprovação de prévio pedido à instituição ,imperioso o reconhecimento de carência da ação por falta de interesse processual de agir. (TJSP; APL 0023937-14.2010.8.26.0576; Ac. 8428547; São José do Rio Preto;


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Décima Sétima Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Irineu Fava; Julg. 06/05/2015; DJESP 14/05/2015)*"

Ainda, a declaração de pobreza goza de presunção relativa de miserabilidade, e o magistrado pode, se tiver fundadas razões, exigir que o declarante faça prova da hipossuficiência, segundo entendimento tranquilo no STJ: AgRg no AREsp 231.788/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2ªT, j. DJe 27/02/2013; AgRg no REsp 1439584/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, DJe 05/05/2014.

No presente caso, há fundadas razões para não se atribuir eficácia à declaração de pobreza, uma vez que a autora é micro empresária, contratou advogado particular e a discussão gira em torno de contrato de financiamento de bem móvel de valor razoável, sendo pressuposta a existência de rendimentos ao menos aptos ao adimplemento. Assim, a autora não comprovou a hipossuficiência e a impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. **Indefiro a gratuidade, anotando-se.**

Ante o exposto, indefiro a inicial e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 330, III, c.c. o artigo 485, VI, ambos do Código de Processo Civil, e condeno a parte requerente ao pagamento das custas e despesas processuais.

Com o trânsito em julgado, intime-se a autora para que efetue o pagamento das custas processuais no prazo de 05 dias.

Oportunamente, archive-se.

P.I.

São Carlos, 08 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**